

CUMPLICIDADE GENERALIZADA

Luiz Carlos Bresser-Pereira

IstoÉ-Senhor, 23/08/89

De volta do Japão, onde o partido do governo sofreu uma fragorosa derrota nas eleições para o Senado devido, em grande parte, às denúncias de corrupção que pesaram sobre seus dirigentes, verifico que no Brasil a cumplicidade com a corrupção, com a desonestidade, com o suborno, com o assalto ao Estado praticado por funcionários e empresários continua generalizada - e impune. Impune exatamente porque a cumplicidade é geral, porque todos ou um enorme número de pessoas neste país é "compreensiva" com esses problemas, porque, afinal, "já que há tantos se beneficiando por que punir apenas alguns?", e, no fundo, porque "se hoje fulano for punido, amanhã poderei ser eu, ou meus parentes e amigos mais próximos".

O caso mais patente dessa cumplicidade geral está na candidatura de Collor de Mello. A imprensa - e particularmente Gilberto Dimenstein na Folha de S. Paulo - vem fazendo com muita coragem uma série de denúncias para as quais o candidato não tem nenhuma resposta razoável. Os recursos do estado de Alagoas foram usados para presentear amigos e correligionários, uma loja de parentes foi usada para a realização dos gastos, contratos de assessoria foram realizados sem concorrência, os usineiros foram beneficiados com acordos absolutamente lesivos para o estado, os débitos das empresas de rádio e televisão da família do candidato foram pagos com generosos anúncios do Estado. Todas essas denúncias foram documentadas. Não há dúvida sobre sua veracidade. E qual é resposta que vemos dos eleitores, dos empresários e dos políticos?

A resposta dos eleitores que já tomaram conhecimento das denúncias é a de que elas não foram ainda comprovadas. Ou que talvez não sejam pecados muito graves. A resposta dos empresários que estão perfeitamente a par das denúncias, mas já começam a apoiar o candidato, é de que "essas denúncias não tem muita importância". O raciocínio dos políticos nas mesmas circunstâncias é exatamente o mesmo. Na verdade, em comparação com o oportunismo desses senhores, para os quais o que interessa é apoiar o candidato com maiores chances de vitória, as denúncias são realmente menores.

Mário Covas observa em uma entrevista recente que os escândalos se sucedem no Brasil, a partir de denúncias da imprensa, mas ninguém vai para a cadeia. Só vão para a cadeia os pequenos ladrões, os estelionatários de segunda. Quando se viu políticos importantes e reconhecidamente corruptos irem para a cadeia? Quando se viu irem para a cadeia empreiteiros, fornecedores e banqueiros que corrompem sistematicamente funcionários das empresas estatais e políticos, pelos quais são, por sua vez, chantageados? Não tenho conhecimento de um caso.

Por que isto acontece? Seria porque os sistemas de justiça - os delegados, promotores e juizes - são lenientes para com a corrupção? Esta é sem dúvida uma explicação, embora tenhamos vistos nos últimos tempos alguns homens e mulheres extremamente corajosos nesta área. É, entretanto, uma explicação parcial.

A leniência, a cumplicidade mesmo para com a corrupção é muito mais geral neste país. Em um país em que os desequilíbrios sociais são tão grandes - incrivelmente maiores do que no Japão, por exemplo - a cumplicidade das elites é inevitável. E o conceito de elite é muito amplo. Inclui todos os que participam de alguma forma do poder econômico e político, e acaba contaminando o próprio povo, a massa dos eleitores.